

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº. 002/2023/PreviD  
EDITAL, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023/PreviD  
TIPO: “MENOR PREÇO” – APURADO PELO MENOR VALOR UNITÁRIO REFERENTE AO VALOR DE  
AGENCIAMENTO (por emissão de bilhete aéreo)

### 1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui-se objeto do presente Termo de Referência à **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de cotação, emissão, remarcação e cancelamento e demais serviços correlatos para o fornecimento de passagens aéreas nacionais, com fornecimento de sistema de auto agendamento (self-booking)**, visando atender as necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD

### 2. DA JUSTIFICATIVA:

- 2.1. Anualmente são realizados eventos a nível nacional e estadual, com o intuito de abordar temáticas pertinentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em âmbito jurídico, administrativo, benefício e financeiro, promovendo debates e troca de experiências aos participantes, e carecem da representação deste órgão no cenário de RPPS nacional, faz-se necessário, viabilizar a participação dos membros do Instituto nestes eventos. Além disso, faz-se necessário a participação dos servidores em capacitações e treinamentos, visando ampliar a eficiência e a eficácia na consecução das atividades meio e finalísticas nesta autarquia.
- 2.2. Entretanto, muitos desses eventos não são realizados no estado de Mato Grosso do Sul, e considerando as médias e longas distâncias a serem percorridas para as participações, o meio de transporte aéreo demonstra-se mais ágil, além de proporcionar segurança aos seus passageiros, presumindo, assim, pertinente a promoção de aquisição de passagens aéreas nacionais para atender as necessidades de deslocamento, quando em serviço, dos servidores, gestores, conselheiros e membros do Comitê de Investimentos.
- 2.3. Ressalta-se que a prestação de serviços de agenciamento de viagens, consiste basicamente na prestação de serviços de cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamentos e fornecimentos e bilhetes aéreos, buscando garantir maior economicidade e eficiência, uma vez que as agências de viagens promoverão pesquisas com várias companhias aéreas, buscando o melhor roteiro e preço para a aquisição dos bilhetes aéreos inclusive bilhetes promocionais.
- 2.4. Considerando, que atualmente empresas de agenciamento de viagens contam com sistema de self-booking (auto agendamento), sistema compartilhado, onde o contratante possa pesquisar, os preços das passagens (inclusive promocional), roteiro de viagem, assento disponíveis em tempo real, dando celeridade na aquisição destas, sem quaisquer custos adicionais.
- 2.5. Neste sentido, presumindo que o sistema possa contribuir fornecendo celeridade, segurança, quanto a aquisição e na tomada de decisão quanto à escolha das passagens em tempo real 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, buscando pelas menores tarifas e melhores trechos, bem como, de modo a reduzir custos operacionais, entende ser pertinente a disponibilidade de um sistema de auto agendamento.
- 2.6. Considerando, a média de consumo dos últimos 4 (quatro) anos resultaram em uma aquisição média de 20 (vinte) trechos, cujo cenários foram decorridos antes, durante e após o avanço do cenário de pandemia.
- 2.7. Entretanto, com o desenvolvimento e aplicação das vacinas, alguns eventos estão voltando a ocorrer no formato presencial, seguindo os protocolos de segurança. Assim, foi deliberado, por utilizar a mesma

estimativa da contratação de 2020 (cenário antes da pandemia), com vistas a não viabilizar as novas programações com base em estimativas irreais, **mantendo-se em uma quantidade anual estimada de 35 trechos (ida e volta)** para a presente contratação.

### 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. De acordo com o previsto no Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, bem como, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os serviços a serem contratados enquadram-se como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.
- 3.2. Os serviços a serem contratados constituem-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e à Administração Pública CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 4.1. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Municipal nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações, aplicando-se ainda, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.
- 4.2. O procedimento licitatório será realizado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo tipo MENOR PREÇO, apurado pelo **menor valor de agenciamento (por bilhete aéreo)**.

### 5. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 5.1. Exigir-se-á das empresas as seguintes qualificações técnicas:
  - 5.1.1. **Registro na empresa na EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo ou Certificado de cadastro junto ao Ministério do Turismo (CADASTUR)**, conforme art. 22 da Lei nº 11.771/2008 e art. 18 do Decreto nº 7.381/2010.

### 6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO E FORMAS DE FORNECIMENTO DO OBJETO

- 6.1. O objeto do presente termo deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As passagens, objeto deste termo, serão fornecidas de forma fracionada, conforme as necessidades e conveniências do PreviD, pelo período de duração da vigência do contrato.
- 6.3. A CONTRATADA deverá atender prontamente aos chamados do PreviD, todos os dias da semana, no horário de expediente compreendido das 07h30 às 13h30.
  - 6.3.1. Em casos específicos e emergenciais, poderá haver solicitações/remarcações de passagens aéreas, além do horário de expediente ora mencionado, ou ainda, solicitações nos finais de semana e feriados, onde a CONTRATADA deverá dispor de funcionários com os respectivos contatos (telefone fixo e/ou celular e e-mail) que deverão ser fornecidos, previamente, para o cumprimento do objeto contratual.

- 6.4. A CONTRATADA deverá oferecer atendimento personalizado, durante todo o período de vigência contratual, para dirimir quaisquer dúvidas e imprevistos sobre o fornecimento, objeto deste termo de referência.
- 6.5. Todas as solicitações de passagens serão realizadas unicamente pelo PreviD, por intermédio de servidor específico e/ou fiscal/gestor de contratos, preferencialmente via sistema de auto agendamento, sendo que na impossibilidade será encaminhada à CONTRATADA via ofício ou e-mail.
- 6.6. **Quando da aquisição de passagens aéreas diretamente pela agência, inicialmente**, será solicitado à CONTRATADA, orçamento das companhias aéreas com a disponibilidade de horários e valores para o dia/mês especificado de acordo com a necessidade do usuário.
- 6.6.1. A CONTRATADA deverá informar previamente ao CONTRATANTE, todas as possíveis opções de voos, com os horários de partida e chegada para o destino solicitado, com empresas aéreas diferentes (se possível), indicando inclusive as opções com ou sem escala ou conexões, os preços atuais das passagens, expresso em moeda corrente nacional e apurados na data da informação, na categoria ou classe indicada, para prévio conhecimento e escolha do CONTRATANTE;
- 6.6.2. Recomenda-se que a pesquisa de preços ocorra com, no mínimo, 3 (três) companhias aéreas distintas;
- 6.6.3. O envio dos orçamentos deverá ser realizado em até **2 (duas) horas**, contados do recebimento do pedido e, em caso emergencial, de, no máximo, **1 (uma) hora**.
- 6.7. Quando não realizada a solicitação pelo sistema de auto agendamento, o PreviD de posse dos orçamentos indicará o horário e a companhia aérea escolhidos, e enviará a solicitação à CONTRATADA, por meio de **Autorização de Fornecimento**.
- 6.7.1. A Autorização de Fornecimento poderá ser realizada mediante Correspondência Oficial ou e-mail;
- 6.7.2. Na Autorização de Fornecimento, deverá constar, ao menos, os seguintes dados:
- a) Nº do contrato, nº do processo de origem, número da nota de empenho;
  - b) Origem e destino, data(s) e horário(s) das viagens;
  - c) Local de entrega;
  - d) Dados dos passageiros;
  - e) Indicação do Fiscal e Gestor de Contratos
- 6.8. A CONTRATADA deverá fornecer o bilhete ou o e-ticket e o localizador diretamente no sistema de auto agendamento após a reserva da passagem, ou em um **prazo de até 24 (vinte e quatro) horas**, contados da emissão da Autorização de Fornecimento, exceto em casos emergenciais, onde a CONTRATADA deverá emitir e entregar os bilhetes no **prazo máximo de 2 (duas) horas**.
- 6.8.1. Os localizadores deverão ser encaminhados ao CONTRATANTE, preferencialmente, em arquivo **.pdf**, visando o melhor controle e impressão dos mesmos.
- 6.9. Os orçamentos, bilhetes ou e-tickets e localizador deverão ser encaminhados, preferencialmente, nos e-mails institucionais do CONTRATANTE, tais como: **presidencia@previ.d.ms.gov.br**; **compras@previ.d.ms.gov.br** e **financeiro@previ.d.ms.gov.br**, ou na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PREVID, situado na Av. Weimar Gonçalves Torres, nº 3.215, sala D, Centro, Dourados/MS – CEP: 79.800-025.
- 6.10. A reserva das passagens deverá ser realizada tendo como parâmetro o horário e o período da participação no evento, atentando-se para a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva.

- 6.11. As passagens fornecidas através de bilhete eletrônico deverão ficar disponíveis para o passageiro na Agência da Companhia ou aeroporto indicada pela CONTRATADA.
- 6.12. Os preços das passagens serão os vigentes nas empresas, com o repasse das tarifas promocionais, correspondendo ao valor do bilhete na data das passagens.
  - 6.12.1. O preço da passagem aérea será pago pelo preço praticado, por ocasião da sua emissão e corresponderá ao somatório dos seguintes elementos:
    - a) **Valor do assento (valor cobrado pelo serviço de transporte aéreo);**
    - b) **Taxa de embarque e Tarifa por Adulto (ADT);**
    - c) **Franquia de bagagem, se houver;**
    - d) **Taxa de agenciamento, conforme proposta da CONTRATADA apresentada no certame licitatório.**
  - 6.12.2. A Remuneração do Agente de Viagem (RAV) será paga por operação relativa à emissão do bilhete, considerando o trecho (ida/volta) por adulto, inclusive em casos de cancelamento ou remarcação.
  - 6.12.3. A cobrança da passagem aérea, incluindo todos os elementos supracitados e conforme detalhado no subitem anterior, deverá compreender todo o percurso entre a origem e destino, independentemente de existirem conexões, escalas ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.
  - 6.12.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar a comprovação, sempre que julgar necessária, do valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes das passagens, devendo este valor ser igual ou menor ao visualizado na tela do site da companhia aérea para o setor privado.
  - 6.12.5. Constatada diferença em desfavor do CONTRATANTE, pelo cotejo entre o valor cobrado pela CONTRATADA e aquele informado pela companhia aérea em seu sítio eletrônico, a diferença será glosada dos créditos devidos em favor da CONTRATADA.
- 6.13. Os preços promocionais ofertados à CONTRATADA deverão obrigatoriamente, ser repassados ao CONTRATANTE.
- 6.14. As passagens deverão ser emitidas sempre no menor valor, prevalecendo, sempre que disponível, a tarifa promocional em classe econômica (Art. 2º, inciso III, da Portaria MPOG nº 98/2003).
- 6.15. Deverão estar computados sobre o valor das passagens, todos os tributos, impostos, tarifas, taxas de embarque, entrega das passagens e despesas sobre a execução do Contrato, correndo tal operação, única e exclusivamente, por responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.16. As passagens devem ser emitidas com trechos de origem e destino, previamente marcados, não sendo permitida a emissão de trechos com datas em aberto, salvo por autorização do CONTRATANTE.
- 6.17. Serão de inteira responsabilidade do passageiro, eventuais alterações de percurso ou de datas e horários de deslocamento, **quando não autorizados ou determinados pelo CONTRATANTE.**
- 6.18. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, encaminhar o bilhete completo, contendo todas as informações para o embarque/desembarque, multas de remarcação ou de não comparecimento (no-show), entre outras.
- 6.19. A CONTRATADA deverá realizar a remarcação/cancelamento da passagem aérea sempre que for solicitado pelo CONTRATANTE, estando esta, ciente das taxas e multas provenientes da remarcação conforme descritos no localizador/bilhete.

- 6.19.1. Em casos de remarcação de bilhetes o CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA com antecedência de, no mínimo, **2 (dois) dias** da data da viagem.
- 6.19.2. Em casos de remarcação e/ou cancelamento das passagens aéreas, considerar-se-á o prazo para o recebimento das novas passagens ou da conclusão do cancelamento de **até 02 (duas) horas** após a solicitação pelo CONTRATANTE.
- 6.20. A CONTRATADA se obrigará a aceitar, em devolução, bilhetes de passagens não utilizados, reeditando ao PreviD os valores correspondentes, que serão deduzidos em faturas posteriores.
- 6.21. Caso haja a constatação de quaisquer falhas durante o fornecimento das passagens, a CONTRATADA deverá corrigi-las em um prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob aplicação das sanções administrativas.
- 6.22. DO SISTEMA DE AUTO-AGENDAMENTO:
- 6.22.1. A CONTRATADA deverá possibilitar ao CONTRATANTE o uso da ferramenta online de auto agendamento, sem ônus ao CONTRATANTE, disponibilizando em até 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, senhas e *logins* de acesso ao gestor/fiscal de contrato, devendo esta ferramenta atender aos seguintes requisitos:
- a) Tela única de consulta simultânea a todos os voos das principais companhias aéreas nacionais, constando trecho, voos, horários, aeronaves, classes de bilhete e preço;
  - b) Serviços de reserva de passagens aéreas nacionais;
  - c) Possibilidade de realizar a marcação do assento no momento da reserva, de acordo com as regras das companhias aéreas;
  - d) Entrega de comprovantes ao usuário dos serviços de viagem por e-mail e, quando solicitado, em meio físico (papel);
  - e) Permitir a gestão e o acompanhamento, por meio de senhas individuais, de todas as viagens programadas pelo CONTRATANTE, com fluxo *online* de aprovação e relatório gerenciais das atividades, incluindo as funcionalidades de *self booking* e *self ticket*;
  - f) Capacitar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após o fornecimento dos *logins* para acesso, o gestor do contrato, indicado pelo CONTRATANTE, a utilizar a ferramenta de auto agendamento (*self booking*), ficando todos os custos do treinamento às expensas da CONTRATADA.
- 6.22.2. O sistema deverá estar disponível 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, enquanto o contrato estiver vigente.
- 6.22.3. Quanto aos serviços de cotação, emissão, reserva, cancelamento e remarcação das passagens aéreas, caso o CONTRATANTE opte em realizar pelo sistema de *self-booking*, os custos das passagens a ser repassadas à CONTRATADA, serão realizadas nos mesmos moldes do **subitem 6.12.1.**, sem quaisquer acréscimos ou alterações, ficando o CONTRATANTE responsável por todas e quaisquer transações feitas no sistema de auto agendamento.
- 6.22.4. Independentemente de a reserva ser realizada por meio da ferramenta de auto agendamento, a CONTRATADA deverá oferecer atendimento personalizado, durante todo o período de vigência contratual, para dirimir quaisquer dúvidas e imprevistos sobre o fornecimento, objeto deste termo de referência, disponibilizando, para tanto, canais de comunicação como: e-mail; telefone; celular para em casos de emergência, entre outros.



- 6.23. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

## 7. DO CRONOGRAMA

### 7.1. Prazo de Execução:

- 7.1.1. **Entrega do orçamento:** Em até 2 (duas) horas, contados do recebimento do pedido e, em caso emergencial, de, no máximo, 1 (uma) hora.
- 7.1.2. **Entrega do bilhete e/ou e-ticket e localizador:** Em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da emissão da Autorização de Fornecimento, exceto em casos emergenciais, onde a CONTRATADA deverá emitir e entregar os bilhetes no prazo máximo de 2 (duas) horas.
- 7.1.3. **Cancelamentos e/ou Remarcações do Bilhete, e-ticket ou localizador:** Em até 02 (duas) horas, contados da solicitação pelo CONTRATANTE.
- 7.1.4. **Do fornecimento das senhas e logins do sistema de auto agendamento:** Em até 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato.
- 7.1.5. **Da capacitação do servidor ao sistema de auto agendamento:** No prazo de 2 (dois) dias úteis, após o fornecimento dos logins para acesso.

## 8. DO LOCAL DE ENTREGA

- 8.1. Os orçamentos, bilhetes ou e-tickets e localizador deverão ser encaminhados, preferencialmente, nos e-mails institucionais do CONTRATANTE, tais como: **presidencia@previd.ms.gov.br; compras@previd.ms.gov.br e financeiro@previd.ms.gov.br**, ou na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PREVID, situado na Av. Weimar Gonçalves Torres, nº 3.215, sala D, Centro, Dourados/MS – CEP: 79.800-025.

## 9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1. **O prazo de vigência do contrato será da data de assinatura do contrato até a data de 31 de dezembro de 2023**, podendo ser prorrogado de acordo com as normas da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

## 10. DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO E DO FISCAL DE CONTRATOS

- 10.1. Todos os serviços, mercadorias e demais bens, adquiridos pelo CONTRATANTE, deverão ser conferidos por 02 (dois) membros da Comissão de Recebimento, designados por meio da Portaria nº 049/2018/ADM/PREVID, publicada no Diário Oficial de Dourados – Ano XX, nº 4.711, de 15 de junho de 2018.
- 10.2. Será designado um servidor do Instituto para acompanhamento e fiscalização deste instrumento contratual, mediante portaria administrativa, a qual será devidamente publicada no Diário Oficial de Dourados e posteriormente juntada ao procedimento de contratação.
- 10.3. A Comissão somente é responsável pela conferência dos produtos/serviços recebidos ao Instituto, competindo somente ao fiscal de contratos, o acompanhamento quanto ao cumprimento das cláusulas deste instrumento.

## 11. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 11.1. Todo o recebimento do objeto contratual será acompanhado e conferido pela Comissão de Recebimentos deste Instituto e/ou através do fiscal de contrato.

- 11.1.1. Ao término da execução do serviço, objeto deste contrato, o CONTRATANTE irá analisá-lo, verificando se os mesmos conferem com os que foram licitados, bem como, se estão em perfeitas condições de uso.
- 11.2. Os objetos, estando de acordo com a proposta de preços e de acordo com o disposto no instrumento contratual, serão recebidos na forma do inciso I, do art. 73 da Lei nº 8.666/93:
- a) **PROVISORIAMENTE** – No ato da entrega do objeto licitado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado;
  - b) **DEFINITIVAMENTE** - após a verificação da qualidade, características e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório
- 11.2.1. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.
- 11.3. Não serão admitidos, para efeitos de recebimento, serviços que estejam em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações descritas no presente Contrato.
- 11.4. Caso haja a constatação de quaisquer falhas durante o fornecimento das passagens, a CONTRATADA deverá corrigi-las em um prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob aplicação das sanções administrativas.
- 11.5. As despesas decorrentes de correções de falhas e quaisquer irregularidades que a CONTRATADA venha a ter causado, será exclusivamente sob suas expensas.
- 11.6. Se a CONTRATADA deixar de realizar o serviço, sem justificativa por escrito e sem o aceite do Instituto, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente.

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão à cargo da seguinte dotação orçamentária:
- 18.00. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados
  - 18.01. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados
  - 09.272.126. – Manter do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
  - 2.079 – Manutenção das Atividades do PreviD
  - 3.3.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção
  - 3.3.90.33.01 – Passagens aéreas
  - Fonte 180200
- 12.2. O valor fixado para a contratação é de **R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)**, tendo como **valor máximo aceitável, R\$ 0,51 (cinquenta e um centavos) o VALOR DE AGENCIAMENTO (RAV), por emissão de bilhete**, conforme **demonstrado no Anexo III – Planilha de Preços**.
- 12.3. O CONTRATANTE se reserva no direito de, a seu critério, utilizar-se ou não, da totalidade da verba prevista.
- 12.4. Os valores correspondentes aos exercícios financeiros posteriores correrão por dotação orçamentária a ser estipulada oportunamente.

## 13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

- 13.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados em até **10 (dez) dias úteis**, conforme o fornecimento das passagens, contados da data de apresentação do **documento com validade fiscal**, devidamente atestado pelo setor competente, juntamente com **as certidões negativa de tributos das esferas federal, estadual e municipal e das certidões de regularidade do FGTS e trabalhista**.
- 13.2. Quando do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em dia com todas as condições de habilitação, ou seja, com todas as certidões exigidas na habilitação, vigente à época do pagamento, as quais deverão ser encaminhadas juntamente com o documento fiscal, conforme cláusula supra, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual**.
- 13.3. Os **documentos com validade fiscal** correspondentes, serão discriminativos, constando, no mínimo, as seguintes informações, a fim de se comprovar o serviço prestado e do valor que deverá ser pago:
- a) Número da requisição/solicitação;
  - b) Nome do passageiro;
  - c) Identificação do bilhete (número, companhia aérea, horário e o trecho);
  - d) Valor do bilhete, detalhando a composição dos custos, conforme elencado no item **6.12.1.** deste termo de referência;
  - e) Valor bruto da fatura;
  - f) Valor Líquido da Fatura;
  - g) Valor da dedução dos tributos;
  - h) Cópia do bilhete da passagem;
  - i) Constar a razão social do CONTRATANTE;
  - j) **Número do Contrato firmado, número da nota de empenho**, bem como banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento.
  - k) Valor da Multa aplicada pela companhia aérea em razão de remarcações ou endosso das passagens aéreas, quando for o caso.
- 13.4. Caso se constate erro ou irregularidade no documento com validade fiscal, o CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-lo, para as devidas correções, ou aceitá-lo, com a glosa da parte que considerar indevida.
- 13.5. Na hipótese de devolução do documento com validade fiscal, será considerado como **não** apresentado, para fins de atendimento das condições contratuais e o prazo para pagamento passará a fluir após sua reapresentação.
- 13.6. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, os valores poderão ser corrigidos monetariamente com base na variação do IPCA/IBGE ou índice que venha substituí-lo.
- 13.7. O CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 13.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 13.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 13.10. O CONTRATANTE efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
- 13.11. A CONTRATADA ficará obrigada aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do contrato de acordo com art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.



- 13.12. Caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro durante a execução do presente contrato, a CONTRATADA poderá requerer formalmente ao PreviD a revisão dos valores pactuados, relatando os detalhes e os fatos anexando ao pedido os documentos que comprovem o alegado desequilíbrio, o qual será submetido à análise e parecer do órgão CONTRATANTE conforme previstos no art. 65, da lei 8.666/93.
- 13.13. Os preços serão fixos e irrevogáveis e deverão ser expressos em moeda corrente do país, salvo se em decorrência de prorrogações do prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses, hipótese em que a CONTRATADA poderá ter o saldo remanescente ajustado, se houver.
- 13.14. O reajuste de valores, em virtude da prorrogação contratual, será medido pelo IPCA/IBGE, conforme o caso, ou qualquer outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal.
- 13.15. Fica expressamente estabelecido que, no preço apresentado na proposta, deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como: tributos, seguros, encargos sociais, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto contratual.

#### 14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual.**
- 14.2. Executar os serviços objeto desta contratação de acordo com as especificações e/ou normas exigidas pelo CONTRATANTE.
- 14.3. Realizar o objeto da contratação, de acordo com a proposta apresentada e normas legais, ficando a seu cargo todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional ao PreviD, observando sempre os critérios dos serviços a serem prestados.
- 14.4. **Realizar o pagamento das passagens emitidas em nome de passageiros do CONTRATANTE, em tempo hábil, de forma a permitir a efetivação dos pagamentos dentro do prazo estabelecido para sua concessão.**
- 14.4.1. **Atentar-se, especialmente, para o pagamento das passagens emitidas com tarifas promocionais ou reduzidas, em tempo hábil, para que não ocorra quaisquer prejuízos ao CONTRATANTE.**
- 14.5. A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal capacitado e suficiente para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- 14.6. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste termo de referência, bem como, as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 14.7. Responsabilizar-se por recolhimento ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 14.8. **Designar, por escrito, no ato de assinatura do contrato, preposto (s) que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato que será o responsável pelo bom**

- andamento sobre o fornecimento do objeto e possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 14.9. Atender as solicitações em todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, durante ou após o horário comercial.
  - 14.10. Dar atendimento de emergência (fora do horário de expediente, inclusive sábados, domingos e feriados), aos passageiros que estejam à serviço do CONTRATANTE.
  - 14.11. Empenhar-se no sentido de assegurar o embarque dos passageiros que estejam à serviço do CONTRATANTE, bem como obter conexões quando houver necessidades.
  - 14.12. Fornecer o localizador de passagem aérea, conforme os prazos definidos na cláusula sétima deste instrumento.
  - 14.13. Oferecer atendimento personalizado, durante todo o período estabelecido de vigência do contrato, para dirimir quaisquer dúvidas e imprevistos sobre o fornecimento.
  - 14.14. Utilizar, nas passagens requeridas pelo CONTRATANTE, das menores tarifas existentes.
  - 14.15. Informar ao CONTRATANTE previamente à emissão, todas as possíveis opções de voos com os horários de partida e chegada para o destino solicitado, com empresas aéreas diferentes se possível, conforme o destino solicitado, indicando inclusive as opções com ou sem escala ou conexões, os preços atuais das passagens, expresso em moeda corrente nacional e apurados na data da informação, na categoria ou classe indicada, para prévio conhecimento e escolha do CONTRATANTE.
  - 14.16. Emitir passagens aéreas com tarifa promocional quando a solicitação do PreviD se der no período de promoção estabelecido pelas companhias.
  - 14.17. Repassar ao CONTRATANTE todos os descontos oferecidos pelas companhias aéreas, inclusive tarifas promocionais, desde que atendidas as condições estabelecidas para o oferecimento de tais descontos e tarifas.
  - 14.18. Não havendo tarifa promocional, deverá ser informado pela CONTRATADA, de forma oficial, antes da emissão do bilhete da passagem por esta.
  - 14.19. O Serviço de fornecimento das passagens deverá ser realizado de acordo com a solicitação do PreviD, devendo ser realizadas em tempo hábil para que se efetive a aquisição das passagens, respeitando-se as datas de saída e chegada a que se destina a passagem solicitada.
  - 14.20. Os procedimentos de reserva/solicitação de bilhetes de passagens deverão ser atribuídos à CONTRATADA, a quem caberá a realização da reserva orientada e a aquisição de bilhete de passagem aérea observando sempre o menor preço, prevalecendo, sempre que disponível, a tarifa promocional e a classe econômica, salvo houver motivo justificado para a impossibilidade de utilização de voo promocional informado pela mesma ou ainda, pela inexistência de voo com tarifa promocional para o trecho destino solicitado.
  - 14.21. Informar ao CONTRATANTE, antes do início da vigência do contrato, os impedimentos da execução do serviço, justificando-os e comprovando-os.
  - 14.22. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade ou quaisquer alterações necessárias, que interfiram na execução e bom andamento dos serviços, objeto do presente termo de referência.
  - 14.23. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

- 14.24. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao PreviD ou a terceiros, nas dependências deste Instituto ou no local onde será prestado o serviço.
- 14.25. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato.
- 14.26. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados com os serviços prestados, originalmente ou vinculado por prevenção, conexão ou continência.
- 14.27. Ressarcir ao CONTRATANTE o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigências do CONTRATANTE ao ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência;
- 14.28. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o PreviD, por meio de seu representante reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 14.29. Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, bem como, providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente Contrato.
- 14.30. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 14.31. Acatar o Código de Defesa do Consumidor conforme disposto na Lei nº 8.078/90.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 15.1. Fiscalizar, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 15.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.
- 15.3. Efetuar o pagamento das faturas decorrentes do fornecimento de passagens, desde que as requisições tenham sido assinadas por funcionários credenciados, deduzindo os créditos a que fizer jus o CONTRATANTE, quando ainda não deduzidos pela CONTRATADA.
- 15.4. Solicitar à CONTRATADA, através de correspondência ou de documento específico de devolução, o reembolso de passagens não utilizadas ou utilizadas parcialmente.
- 15.5. Prezar pela boa-fé e veracidade das informações, quando solicitadas.
- 15.6. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução do contrato.
- 15.7. Acompanhar a execução do contrato efetuada pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão dos serviços.
- 15.8. Acompanhar, caso necessário, as cotações e preços praticados no momento da requisição do bilhete, efetuando consultas em agências de viagens e/ou diretamente nas companhias, buscando os valores disponibilizados nesse momento, para a confirmação da base tarifária do bilhete.

- 15.9. Notificar, formal e tempestivamente, à CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.
- 15.10. Notificar à CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 15.11. Aplicar as penalidades legais e contratuais.
- 15.12. Comunicar expressamente à CONTRATADA as irregularidades observadas durante sua execução e providenciar as devidas correções.
- 15.13. Rejeitar os serviços que a CONTRATADA executar fora das especificações do edital e seus anexos, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

## **16. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 16.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato de pleno direito, independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93, garantindo à CONTRATADA o direito de defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.
- 16.2. O inadimplemento ou inexecução total ou parcial do fornecimento nos prazos propostos e contratados, caracterizará inadimplemento contratual, motivando a rescisão do Contrato sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 16.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrente deste Contrato limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
- 16.4. A declaração de nulidade do presente contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
  - 16.4.1. A nulidade não exonera o Instituto do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, comprovando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 16.5. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA previstas no presente Contrato.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 17.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo previsto no **item 19.1. do edital**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 17.2. As penalidades previstas no subitem anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.
- 17.3. A CONTRATADA, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e nas demais cominações legais, assegurado o direito à prévia e ampla defesa, se:
  - I. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;

- II. Não celebrar o contrato;
  - III. Ensejar o retardamento na execução do objeto do CONTRATO;
  - IV. Não manter a proposta, injustificadamente;
  - V. Falhar ou fraudar na execução do objeto do CONTRATO;
  - VI. Comportar-se de modo inidôneo;
  - VII. Cometer fraude fiscal.
- 17.4. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, o Instituto poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar irregularidades de pequena monta;
  - b) Multa administrativa no percentual de **5% (cinco por cento)**, por dia de atraso na execução do fornecimento, sobre o valor do item adjudicado, a partir do primeiro dia útil da data fixada para a entrega do objeto, limitada a **20% (vinte por cento)** do valor do contrato;
  - c) Multa administrativa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor do contrato, em caso de Rescisão contratual, sem justo motivo, pela CONTRATADA.
  - d) Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta, até o prazo de 2 (dois) anos;
  - e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e”, dos subitens anteriores poderão ser aplicadas juntamente com as de multa (alíneas “b” e “c” dos subitens anteriores), facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, observando o disposto nos artigos 109 e 110 da Lei Federal n.º 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial.
- 17.6. *Todas as penalidades citadas no subitem anterior, além de outras que a lei possa prever, serão obrigatoriamente registradas as ocorrências no SICAF por força do disposto no art. 38 e 40 da Instrução Normativa nº 02/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.*
- 17.7. Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.
- 17.8. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.
- 17.9. A notificação que dará ciência à CONTRATADA de que foi penalizada informará o motivo da aplicação da penalidade e, no caso de multa, o valor a ser pago.
- 17.10. A CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.
- 17.11. Sendo aplicada multa, decorrido o prazo para recurso deverá a CONTRATADA recolher o valor da mesma no Departamento Financeiro do PREVID, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da mesma.
- 17.12. A CONTRATADA poderá perder tal a condição, caso venha a se enquadrar nas situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e nos casos que especifica:



- I. estado de protesto, falência e concordata, insolvência notória ou situação econômica – financeira comprometida;
- II. ter título protestado cujo valor possua, a juízo do contratado comprometer a sua idoneidade financeira e/ou a eficiente execução do Contrato;
- III. ter sido declarado devedor das Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, do INSS e FGTS.

17.13. As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste instrumento, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

## **18. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

- 18.1. As partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.
- 18.2. As Partes, ao efetuarem a assinatura do instrumento contratual reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.
- 18.3. A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.
- 18.4. A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que o instrumento contratual venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.
- 18.5. A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.
- 18.6. A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.
- 18.7. A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.
- 18.8. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD e para o Órgão da Imprensa Municipal para publicação dos atos oficiais da Administração Pública,

quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

- 18.9. As Partes “REVELADORA” e “RECEPTORA”, por si e seus servidores e colaboradores, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais.

## **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 19.1. A Licitante Vencedora CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente termo, salvo com prévia e expressa autorização, por escrito, do Instituto, observadas as disposições legais pertinentes.

## **20. DAS AMOSTRAS E CATÁLOGOS**

- 20.1. Não será exigido amostra ou catálogos no presente certame.

## **21. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

- 21.1. Elaborado, a partir da reunião de informações concedidas à Diretoria Administrativa, através do Senhor Albino João Zanolla – Diretor Administrativo e mediante aos resultados apresentados no Estudo Técnico Preliminar.

Dourados/MS, 31 de janeiro de 2023.

**ALBINO JOÃO ZANOLLA**  
Diretor Administrativo

## **22. DA AUTORIZAÇÃO**

- 22.1. Aprovo o presente Termo de Referência e Autorizo a realização da Licitação na modalidade Pregão, nos moldes do art. 7º, inc. I do Decreto Municipal nº 3.447/2005.

Dourados/MS, 31 de janeiro de 2023.

**ANA CAROLINA GONINO BARRETO**  
Pregoeira